

- O sistema de Saúde Suplementar da Colômbia está em crise, com poucas empresas ainda operando após a insolvência gradual de diversas operadoras tradicionais nos últimos anos
- O cenário ameaça a sustentabilidade de um modelo que visava garantir cobertura universal e melhorar a qualidade dos serviços de saúde através da colaboração entre entes públicos e privados

Problemas nas entidades promotoras de Salud (EPS) na Colômbia

As Entidades Promotoras de Salud (EPS), seguradoras de saúde públicas e privadas que recebem recursos do governo para atender os segurados, estão enfrentando dificuldades significativas. Operadoras como Sura e Compensar estão pedindo dissolução devido a despesas superiores às receitas, o que deixará 7,7 milhões de usuários desassistidos

Desde 2000, várias EPS têm deixado de operar, incluindo Emdisalud, Salud Cóndor, Camacol, Colsubsidio, Cafam, Caprecom, Comfama, Comfenalco Santander, Calisalud, Confaorient, ESS Salud Sarare, Guaitara Epsi, Cajanal, Colseguros e Comfaunión. EPS como Saludcoop, Cafesalud EPS, Cruz Blanca, Golden Groups, Salud Colpatria e Red Salud Attention Humana também foram liquidadas.

Operadoras sob intervenção na Colômbia

Atualmente, muitas operadoras estão sob intervenção do governo devido à insuficiência de ativos garantidores, representando uma carteira de 25,2 milhões de segurados

As operadoras que ainda funcionam sem restrições atendem apenas 20% da população, totalizando 10,4 milhões de membros e apenas 10 grupos que cumprem os requisitos regulatórios de reservas técnicas definidos pela Controladoria-Geral da República

Desafios e déficits operacionais no modelo de Saúde Suplementar da Colômbia

O modelo de saúde suplementar da Colômbia enfrenta déficits operacionais devido a receitas insuficientes para cobrir despesas médicas crescentes, atrasos nos repasses de pagamento do governo e valores defasados perante as despesas de assistência médica e inflação médica.

Alerta da Associação Colombiana de Medicina Integral

A Associação Colombiana de Medicina Integral (Acemi) alertou o governo sobre o risco de potencial desaparecimento do sistema de saúde do país. Na "Proposta para enfrentar a crise no sistema de saúde", a Acemi destaca que os repasses do governo, além de não terem os reajustes atuariais adequados, ocorrem com frequentes atrasos, afetando a saúde financeira das empresas, a qualidade dos serviços e o nível de satisfação da população.

Fonte: CNseg, em 24.06.2024